

Luciano Nunes

DEPUTADO ESTADUAL

LIDO NO EXPEDIENTE PROJETO DE LEI Nº 119 /2017

Em 27/11/2017

Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilizar na internet os dados da Rede Pública de Saúde que menciona no âmbito do Estado do Piauí.


1º Secretário
do Governador do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais:

Faço saber que o Poder Legislativo do Piauí aprova e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica estabelecida a obrigatoriedade de disponibilizar na internet, no sítio da Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Piauí, os dados relativos à Rede Pública de Saúde que esta Lei menciona, no âmbito do Estado do Piauí.

Parágrafo único. Os dados a que se refere o caput deverão ser atualizados diariamente.

Art. 2º Para efeito do art. 1º, serão disponibilizadas no mínimo as seguintes informações:

I – a quantidade de leitos de UTI oferecidos e disponíveis em cada regional de saúde;

II – a quantidade de médicos em cada período da escala, por especialidade, em cada unidade de saúde;

III – as especialidades médicas e exames que são ofertados em cada unidade da Rede Pública de Saúde;

IV – o estoque dos remédios de cada uma das farmácias gratuitas, inclusive os de alto custo, bem como os seus respectivos telefones e endereços;

V – a classificação na fila de contemplados para cirurgia eletiva.

§ 1º As informações deverão constar de forma clara, legível e de fácil entendimento da população.

§ 2º À informação de que trata o inciso V do caput deverá ser garantido o sigilo dos nomes, com vistas a preservar a privacidade do paciente.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de sessenta dias a partir da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das sessões da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, em Teresina, 20 de novembro de 2017.


LUCIANO NUNES

Deputado Estadual

Gabinete

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal de 1988 dispõe sobre a necessidade de publicidade dos atos da Administração Pública, tema de indiscutível relevância, expressamente previsto no Art. 37, §1º, “in verbis”:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

.....

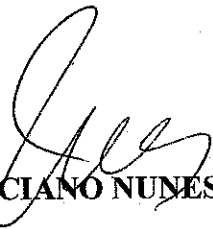
§1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.”

O intuito deste projeto, portanto, nada mais é que garantir a publicidade dos serviços oferecidos pela administração pública de uma forma mais simples e acessível ao cidadão comum.

Amparado em Norberto Bobbio, Gomes Canotilho e tantos outros luminares da teoria política e do direito constitucional, cabe-se assinalar o princípio do qual partimos quando da discussão sobre o tema “publicidade oficial”: a publicidade de atos de governo, além de um direito do cidadão, é um dever do administrador estatal para com a cidadania e um dos princípios fundamentais do Estado democrático de direito, que deve se pautar pela transparência no funcionamento dos poderes públicos.

A dita publicidade oficial deve assegurar seu caráter informativo e de orientação social que impeça a violação do princípio da impessoalidade e que possibilite o adequado controle social sobre os recursos públicos envolvidos.

Assim sendo, por todo o exposto, peço o apoio dos colegas parlamentares para a aprovação desta matéria.


LUCIANO NUNES
Deputado Estadual